

Jornal do Engenheiro Agrônomo

Impresso
Especial

9912202447-DR/SPM
AEASP

...CORREIOS...

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT

ANO 42, Janeiro/Fevereiro de 2012, nº 263



Gestão Agro

Técnicas e produtos diferenciados aliados ao turismo rural. Conheça a receita de sucesso dos produtores da Fazenda Ituaú | [Pág 06](#)

Acompanhe

Entrevista com o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Bruno Covas | [Pág 09](#)

Comemoração

Iniciativa inédita, encabeçada por engenheiros agrônomos, o inPEV completa 10 anos e festeja os resultados | [Pág 12](#)



Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Federações
de Eng. Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Presidente Arlei Arnaldo Madeira
aeasp@sti.com.br

1º vice José Antonio Piedade
piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Angelo Petto Neto
petto@widesoft.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho
Figueiredo Natividade
anikka@lexxa.com.br

2º secretário Francisca Ramos de
Queiroz Cifuentes
ninacifuentes@hotmail.com

1º tesoureiro Luis Alberto Bourreau
bourrea@terra.com.br

2º tesoureiro René de Paula Posso
reneposso@uol.com.br

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez
glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Marcos Roberto Furlan
furlanagro@yahoo.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior
nmatheus@sp.gov.br

Diretor Sebastião Henrique Junqueira de Andrade
aeasp@sti.com.br

Diretor Tulio Teixeira de Oliveira
aenda@aenda.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Aguinaldo Catanoe, Arnaldo André
Massariol, Celso Roberto Panzani, Fernando
Penteado Cardoso, Francisco José Burlamaqui
Faraco, Genésio Abadio de Paula Souza,
Henrique Mazotini, José Amauri Dimarzio,
José Maria Jorge Sebastião, José Paulo Saes,
Luiz Henrique Carvalho, Luiz Mário Machado
Salvi, Pedro Shigueru Katayama, Tais Tostes
Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

André Luis Sanches, Anthero da Costa Santiago,
José Eduardo Abramides Testa

Suplentes: Francisco Frederico Sparenberg
Oliveira, João Jacob Hoelz, Celso Luis Ro-
drigues Vegro

Jornal do Engenheiro
Agrônomo

Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire Coelho F. Natividade
Ângelo Petto
Sebastião Junqueira

Diretor Responsável

Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Colaboradora: Sandra Mastrogiacomio

Secretária: Alessandra Copque

Tiragem: 10.000 exemplares

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Envie mensagens com sugestões e críticas para
a editora: adriana@acertacomunica.com.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

EDITORIAL

Uma das iniciativas mais bem
sucedidas, encabeçadas por en-
genheiros agrônomos, comple-
tou uma década de existência,
por isso a AEASP achou justo
rememorar os primórdios do
inpEV nas páginas do JEA.

É preciso ressaltar os bons
exemplos em todas as áreas
e esse nos mostra a força das
idéias e da união de profissionais
da agricultura e de entidades que apostaram num projeto
inovador e que hoje é uma referência mundial. Parabéns
ao inpEV e a todos os colegas que de alguma forma contri-
buíram pelo sucesso deste projeto!

E já que estamos falando em "bons exemplos", na ma-
téria de capa desta edição vamos mostrar o caso de uma
pequena propriedade em Salto, (SP), que é reconhecida
por inovar em seu modelo de negócio, tanto na produção
quanto na comercialização de seus produtos. Sem dúvida
é uma referência para os colegas que são empreendedores
rurais ou que são contratados para orientar produtores.

Quero também parabenizar o trabalho de bastidores
que está sendo realizado pelas várias instituições orga-
nizadoras do Movimento Sou Agro para garantir que o
Agro apresente uma pauta consistente durante a Confe-
rência da ONU Rio + 20.

Considerando a enorme visibilidade que um evento
como esse pode trazer, essa é uma oportunidade ímpar
para o setor de expor sua agenda positiva e com isso
desfazer a imagem de "vilão" que alguns tentam impin-
gir ao agronegócio.

Pela primeira vez o jovem secretário do Meio Am-
biente fala ao JEA em uma entrevista e mostra um pou-
co do trabalho de sua pasta que tem uma ligação umbi-
lical com a agricultura. Não deixem de ler.

Também vamos apresentar um breve panorama do
mercado de plantas medicinais, suas dificuldades e pers-
pectivas e o papel do engenheiro agrônomo nessa área.

A AEASP ficou triste com a notícia da morte do cole-
ga Arnaldo Massariol, parceiro e atuante membro dessa
entidade, admirado por todos. Prestamos nossas condo-
lências à família de Arnaldo. A homenagem que lhe será
prestada na Deusa Ceres deste ano, na categoria Iniciativa
Privada/Autônomo, embora póstuma, é mais do que justa.

Boa leitura!

Eng. Agrônomo **Arlei Arnaldo Madeira**



Foto: Luciano Monesso



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930

Site: www.aeasp.org.br

E-mail: aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Divulgação



Novo diretor

O Engenheiro Agrônomo Fernando Aluizio Pontes de Oliveira Penteadado tomou posse junto a SAA na direção do Fundo de Expansão da Agricultura Paulista - FEAP. Em 18 anos de atuação como profissional do ramo, passou por grandes instituições financeiras sempre na área de Crédito Rural.

Agrônomo no CREA-SP

Durante a primeira Reunião Plenária do CREA-SP foi eleita a nova diretoria da entidade. Na ocasião, tomou posse, como vice presidente do CREA -SP, o Engenheiro Agrônomo Pedro Katayama, que é também diretor da AEASP.



Presidente do CREA-SP, Francisco Kurimori e o Eng. Agrônomo, Pedro Takayama, eleito vice-presidente da instituição

Deusa Ceres 2011

Conheça os nomes escolhidos para receber as homenagens do Prêmio Deusa Ceres 2011. O Engenheiro Agrônomo do Ano é Luiz Carlos Corrêa Carvalho (Caio). A Medalha Fernando Costa vai para Otto Jesus Crocomo; o Eng. Agrônomo destaque na Área de Ensino é Carlos Ruggiero.

Já na área de Extensão Rural e Assistência Técnica o escolhido foi Edson Luiz

Mendes Coutinho e na categoria Ação Ambiental, Marcelo de Souza Machado Crestana é o destaque.

O Engenheiro Agrônomo Arnaldo André Massariol foi eleito para receber o destaque na área Iniciativa Privada/Autônomo, porém alguns meses após a sua escolha, lamentavelmente ele veio a falecer, por isso sua família deverá receber (in memoriam) as homenagens por ele.

DESPEDIDA

Exemplo de colega classista



Arquivo pessoal

A AEASP escolheu em 2011, o engenheiro agrônomo Arnaldo André Massariol para receber homenagens na categoria Iniciativa Privada/Autônomo, da Deusa Ceres por reconhecer nesse colega, membro do conselho administrativo da entidade, um espírito inquieto e uma enorme capacidade de realização. Ao longo de toda sua vida, pessoal e profissional, o entusiasmo, a dedicação, e o gosto pelos desafios foram marcas registradas deste engenheiro agrônomo, profissional, cida-

dão e pai de família exemplar.

Uma espécie de embaixador da AEASP, ele ocupou diversas vezes cargos na entidade, prestigiou a associação e esteve sempre disponível, para, junto aos colegas das empresas de defensivos agrícolas, lutar pelas causas da categoria.

Por isso a AEASP presta suas condolências à família de Arnaldo, que faleceu em dezembro, lutando bravamente contra a doença que o acometeu. Mais uma vez, ele nos deixou uma lição de perseverança.

Futurologia Climática



*Fernando Penteado Cardoso

É verão no hemisfério meridional. De Outubro a Maio a terra se aquece ao sul do equador por estar mais próxima do sol.

Pelo efeito da rotação da terra, a Amazônia desliza sob a grande massa gasosa da evaporação oceânica do Atlântico equatorial. A bacia do rio máximo se coloca debaixo de extensa calota de ar carregado de umidade. A manta atmosférica úmida presa pela inércia é arrastada pela gravidade mais lentamente que a rotação, apresentando-se como ventos alísios predominantes vindos do leste.

Chove abundantemente por circulações e saturação. Após precipitar-se sobre a terra e alimentar aquíferos, a maior parte da água provinda do mar para lá retorna por rios caudalosos. O ar permanece saturado pela evaporação a partir do solo e das partes molhadas, bem como das áreas inundadas e pela transpiração das folhas da vegetação tanto original como secundária ou introduzida. Volta a chover devido a essa intensa reciclagem.

O ar quente carregado de água ao se movimentar para oeste encontra a barreira dos Andes coincidente com a "bolha" de alta pressão atmosférica sobre o Pacífico mais frio.

Obstáculos e a rotação da terra fazem com que a imensa massa gasosa úmida venha a defletir no sentido anti-horário e convergir para o sul, onde áreas de baixa e de alta pressão se sucedem em pulsações. O vento hidratado do quadrante noroeste penetra com facilidade, após longo percurso desde o cáldo Atlântico equatorial.

Chove então nessa região próxima ao trópico, tanto por reciclagem

e circulações locais como pelo encontro com sucessivas frentes frias deslocando-se do sudoeste, que avançam e se dissipam. Quando esse encontro fica estacionário, ocorrem chuvas contínuas e copiosas, causando inundações, que acontecem periodicamente. As águas continuam enchendo estoques subterrâneos e retornando ao mar de onde vieram.

O atual período de aquecimento do planeta terra, - atribuído à crescente concentração de gases de carbono,- oxigenado ou hidrogenado,- poderá intensificar o processo. Mais calor, mais evaporação no oceano aquecido, mais umidade no ar, mais chuvas ao longo do percurso das nuvens carregadas em movimento.

Não está prevista alteração na rotação da terra! A Amazônia continuará deslizando por debaixo da calota incomensurável de ar quente e úmido do Atlântico. As sobras de chuva no equador virão se precipitar no trópico.

Não há porque prever catástrofes,... muito menos o fim do mundo. Mais calor, mais chuva e mais gás carbônico beneficiam plantas, incrementam florestas, asseguram nossa pujante agropecuária.

*Fernando Penteado Cardoso é Eng. Agrônomo Sênior, (ESALQ-USP,1936.), Fundador e ex-Presidente da Fundação Agrisus- Agricultura Sustentável



PARABÓLICA

FAO vai recriar departamento de apoio a cooperativas

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano, anunciou a recriação do departamento de cooperativismo da agência, que estava desativado. Graziano assumiu o comando da FAO no dia 1º de janeiro deste ano.

O departamento deverá oferecer cooperação técnica para grupos de pequenos e médios produtores, que, segundo Graziano, são

líderes incontestáveis em alguns segmentos agrícolas.

O apoio ao cooperativismo é, segundo Graziano, uma das políticas de segurança alimentar com bons resultados no Brasil que serão levadas para a FAO. "O apoio à agricultura familiar e o cooperativismo ajudaram muito a projetar a imagem positiva que o Brasil tem lá fora. Quero usar essa imagem para alavancar o apoio internacional ao cooperativismo", disse.



Reunião de pauta do JEA na sede da AEASP contou com a presença do presidente, de diretores e da editora da publicação



Diretores da AEASP e do CAC se encontram na confraternização de final de ano na sede do Clube dos Eng. Agrônomos de Campinas

Andef elege o Conselho Diretor

João Sereno Lammel foi reconduzido ao cargo de presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal para o biênio 2012-2013

Após cumprir sua primeira gestão, de dois anos, entre janeiro de 2010 e dezembro último, João Sereno Lammel foi reeleito para o novo mandato, no período 2012/13. Engenheiro agrônomo, formado pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, João Lammel é diretor de Desenvolvimento de Negócios e Portfólio para a América Latina, na DuPont. O dirigente está na companhia desde 1976, tendo atuado em diversas áreas estratégicas da empresa, entre as quais vendas, desenvolvimento e marketing.

O Conselho Diretor da Andef tem ainda, para o biênio 2012-13, como vice-presidentes Laércio Giampani, diretor geral da Syngenta no Brasil, e Eduardo Leduc, diretor de Negócios de Proteção de Cultivos da BASF. A Andef reúne as quinze empresas associadas que se colocam entre as mais dinâmicas no setor de defensivos agrícolas no país, pelos expressivos investimentos em inovações tecnológicas em defesa fitossanitária. São as empresas: Arysta, Basf, Bayer, Chemtura, Dow AgroSciences, DuPont, FMC, Iharabras, Isagro, ISK Biosciences, Monsanto, Nisso Brasileira, Sipcam-UPL, Sumitomo e Syngenta.

Cenário agrícola em 2012

O presidente do Conselho Diretor da Andef destaca os resultados entre as principais culturas na safra 2010-11, segundo o levantamento da Conab, divulgado em setembro último. "O milho registrou alta de 2,7%; a soja, 9,7%; e o algodão em pluma teve a expressiva alta de 70,7%". Segundo João Lammel, o desempenho do setor de defensivos agrícolas acompanhou o crescimento médio da produção nas principais culturas.

O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, Sindag – entidade da qual João Lammel é vice-presidente – está consolidando os números do setor de 2011. "Estima-se que o mercado tenha crescido entre 10% e 15%, confirmando a importante contribuição deste segmento para a produção recorde de grãos."

No entanto, o dirigente observa com cautela as perspectivas para a produção agrícola brasileira neste ano. "Após o ótimo desempenho da agropecuária em 2011, o otimismo para 2012 deve moderar-se diante das possíveis consequências das intempéries climáticas neste início de ano", analisa João Lammel.

Estimular as inovações

Num ano como este, de intempéries climáticas – chuvas no Sudeste e seca no Sul – preocupa a indústria do setor a necessidade dos agricultores fortalecerem o controle fitossanitário de suas lavouras. Outro aspecto para o qual João Lammel chama atenção é a ocorrência de novas pragas e doenças, conforme vem alertando o Ministério da Agricultura.

"É necessário aos órgãos governamentais maior agilidade na análise e aprovação das novas tecnologias indispensáveis aos agricultores para atenderem a necessidade crescente da produção de alimentos, fibras e energias renováveis, em quantidade e qualidade", afirma João Lammel.



Divulgação



Transformar limão

Administradores da Fazenda Ituaú mostram como é possível obter

Adriana Ferreira

Alguns conceitos sobre gestão agrícola são repetidos como mantras. Quanto já não se ouviu falar em “agregar valor”, ou, em outras palavras, transformar commodities em produtos para atingir determinados nichos de mercado? O aproveitamento de áreas agrícolas para o turismo rural também é outra ideia bastante defendida nos últimos tempos.

Em Salto, no interior de São Paulo, a Fazenda Ituaú conseguiu colocar em prática as duas coisas. Na propriedade de 53 hectares são produzidos legumes, frutas e condimentos com características diferenciadas, vendidos em embalagens, em um sistema onde não há excedente.

Cerca de 40% da produção é composta pelos produtos “exóticos”, que possuem tamanho, cores e gosto diferenciado e se destinam a um seleto público composto por restaurantes da alta gastronomia, supermercados, bufês e hotéis de luxo. Berinjelas, pimentões, tomates - entre eles, o ‘gourmet’, menor que os demais e apreciado por seu sabor, são produzidos na Fazenda Ituaú. Eles também cultivam 40 tipos de pimentas, inclusive, a indiana Bhut Jolokia, uma das mais ardidas do mundo. Além de minipepino, miniabóbora, minimelão, minimelância, alface hidropônica, entre outros.

Tanto os produtos diferenciados quanto os cultivos comuns, que correspondem ao restante da produção da fazenda, são cultivados em ambiente protegido - que imita estufas -, rastreados e embalados. Entre os clientes da Ituaú estão a rede varejista Pão de Açúcar e o mercado de luxo Casa Santa Luzia, na capital paulista.

Mas além de se dedicar ao cultivo de FLV (Frutas, Legumes e Verduras), há 4 anos os irmãos Marcelo e Cyro Abumussi, proprietários da Ituaú, decidiram investir em turismo rural, com foco na educação. E assim passaram a receber alunos de escolas locais e seus professores.

A diversão e o aprendizado são garantidos, e ao longo do dia as crianças entram em contato com a terra e com os animais, entendem, na prática, de onde vem os alimentos que consomem, as dificuldades existentes na atividade agrícola, e ainda recebem informações sobre a importância de uma alimentação saudável.

Esse projeto ganhou o nome de Terra de Gigantes e de acordo com Marcelo Abumussi, mais de 5 mil crianças visitaram a fazenda em 2011, um aumento de 40% comparado ao ano anterior. O produtor diz que o turismo ganha uma importância cada vez maior, res-

pondendo hoje por 30% do faturamento.

Como se não bastasse, a fazenda ainda oferece cursos de atualização para profissionais de diversas áreas interessados em aprender técnicas de cultivo e manejo, e práticas de gestão por meio do projeto ‘Porteira Aberta’. O dia é programado conforme a necessidade do aluno. Há cursos de polinização artificial, comercialização, irrigação, hidroponia, tratamento de solo, cultivo no solo, enxertia e produção de alternativos.

Estudar é preciso

A propriedade de nome indígena, que em Tupi Guarani significa Riacho Falso, foi adquirida pelos pais de Marcelo em 1972 e era utilizada somente para o lazer, pois a família morava em São Paulo. Até que em 1992 ele e o pai decidiram investir no cultivo protegido, estimulados por Vander Pereira Bom, funcionário de confiança da fazenda que apresentou a técnica do cultivo protegido à família. Há 20 anos trabalhando com os Abumussi, Vander é o braço direito de Marcelo e responsável por toda a produção.

Alguns anos depois, o irmão do meio, Cyro, se juntou a Marcelo para tocar o negócio. Detalhe: Marcelo tem curso incompleto em administração de empresas e o irmão fez faculdade de marketing. Hoje Cyro se dedica a outro negócio, mas Marcelo continua à frente da Ituaú tocando todos os projetos e para isso, além de Vander, ele conta com o apoio de 24 funcionários, alguns deles morando na propriedade.

Os irmãos se fizeram empreendedores rurais por meio de muito estudo e experimentação. Para implantar o modo de produção da fazenda eles traduziam livros do idioma espanhol, inglês e até árabe, porque, segundo conta Marcelo, não encontravam literatura em português.

No entanto o produtor adverte que pelos livros o que se consegue são parâmetros. “Nada como a prática para averiguar se aquela teoria se aplica bem às condições edafoclimáticas da sua propriedade.”

Além do sistema de produção convencional, em campo aberto, eles adotaram a hidroponia e a técnica israelense de cultivo em vaso, que eram novidades no Brasil na década de 1990.

Na implantação do cultivo em vasos a planta se desenvolve fora do solo, numa terra fertirrigada com os nutrientes necessários (como Cálcio, Potássio, Magnésio, Zinco e Manganês) que garante maior

Fotos: Octavio Camargo



em limonada

sucesso na difícil tarefa de gerir uma pequena propriedade agrícola

produtividade. “O custo inicial de implantação desta técnica é alto, por isso adotamos somente para o tomate, que é o cultivo com melhor retorno financeiro para nós”, conta o produtor.

Para se ter ideia das vantagens da produção em vaso, no manejo tradicional colhe-se 10 pencas por planta, enquanto na técnica israelense a colheita chega a 20. Nesse sistema, a produção estende-se 60 dias a mais, chegando a um ciclo de oito meses.

Numa estufa com 560 vasos (plantas) – capacidade atual da estufa da propriedade – são produzidos 3,5 a 4 toneladas (t) de tomate. “Ficamos isentos de doenças de solo porque usamos adubo químico. A solução irriga os vasos como se fosse uma injeção na veia. E a resposta da planta é muito mais rápida do que no plantio em solo”, explica Marcelo.

Percalços da atividade

Mesmo com todo o esforço dos empreendedores, os riscos da atividade agrícola sempre são elevados, principalmente para os pequenos produtores. “A gente só consegue fazer o custo quando termina uma estufa. E a cada ano fica mais difícil, por conta do fator climático. Em pleno mês de novembro tivemos 11º graus de temperatura e isso para a planta é terrível”, comenta Marcelo.

Além das dificuldades com as alterações climáticas, as novas pragas também elevam o risco da horticultura. “Não temos ferramentas de controle adequadas contra as novas pragas”, diz o proprietário da Ituaú.

Nesse aspecto, o cultivo dos produtos exóticos leva vantagens porque possui valor agregado, é destinado a um público específico e Marcelo pode gerenciar os preços, diferente da agricultura convencional.

Mas o futuro desse mercado pode estar comprometido. Segundo Marcelo, os fabricantes de defensivos agrícolas estão deixando de fornecer produtos específicos para FLV porque o volume de venda é baixo e torna-se inviável comercialmente.

Risco calculado

Além de inovar na produção, o “pulo do gato” da Ituaú se deu na área comercial. As experiências iniciais mostraram aos produtores que era preciso criar uma forma diferente de vender e escoar seus produtos.

A primeira safra colhida foi colocada no carro da família e levada para a CEAGESP, em São Paulo. “Quando o intermediário me mandou

a fatura o que recebi não compensava nem a gasolina que eu havia gasto”, recorda o empresário.

Assim surgiu a ideia de buscar o mercado e eles passaram a distribuir seus produtos em Salto e arredores. O negócio cresceu e a cidade já não absorvia. “Buscamos outros mercados. Nesse período começamos a fornecer para o Pão de Açúcar. Fomos um dos primeiros a entregar legumes embalados”, acrescenta Marcelo.

Produzir o que o cliente quer e na quantidade que ele necessita para evitar prejuízos. Com essa filosofia, quatro anos depois, os irmãos identificaram oportunidades na produção de hortaliças e frutas diferenciadas em tamanho, cores e sabores. E passaram a investir na linha de produtos exóticos.

Marcelo diz que o produtor precisa pesquisar o que o seu mercado deseja antes de produzir. “Mas geralmente o agricultor faz o contrário. Ele fica sabendo que o quiabo está remunerando bem, daí todo mundo corre para produzir quiabo. Ele não se pergunta se terá demanda aquele produto”.

Turismo educativo

As experiências e conhecimentos adquiridos pelos irmãos Abumussi são compartilhados. No projeto Terra de Gigantes, eles recebem excursões de alunos de escolas públicas e particulares. As crianças passam o dia todo na propriedade e, além de brincar, vivenciam o ambiente rural, compreendem a importância da agricultura e do meio ambiente, e de quebra ainda provam as delícias produzidas na Ituaú em forma de saborosos pratos preparados lá mesmo. Marcelo planeja, em breve, abrir a fazenda para visita também aos finais de semana.

Profissionais e estudantes que queiram aprender sobre polinização artificial, comercialização, irrigação, hidroponia, tratamento e cultivo no solo, enxertia e produção de alternativos podem se inscrever nos cursos oferecidos pela Ituaú. Muitas universidades levam seus alunos para conhecer a fazenda que também recebe comitivas de estrangeiros interessados em sua receita de sucesso. “Temos parceiros como a professora Romy Goto, da UNESP/Botucatu e o prof. Nozomu, da Embrapa Transferência de Tecnologia. Ensinaamos e aprendemos, trocamos conhecimento com todos que nos visitam”, conclui o empresário.



Marcelo Abumussi, proprietário da Fazenda Ituaú, mostra um dos carros-chefe de sua produção, a miniabóbora



Equivalência sob ditadura

*Tulio Teixeira de Oliveira

O Comitê de Assessoramento para Agrotóxicos (CTA) determinou por ofício circular que o laudo de análise química de um produto candidato a registro por equivalência deve agora apresentar, afora outras imposições: (a) cromatogramas em 3D analisados com detector que obtenha o espectro de cada impureza em diferentes comprimentos de onda; (b) quantificação de cada impureza usando padrão analítico e não mais calibrações com padrão análogo (substância química similar à impureza); e (c) testes da fase 1 (análise química) e da fase 2 (análises toxicológicas) devem ser feitas com a mesma amostra. Essas regras, de vigência imediata, valem não só para os novos pedidos de registro como para os pedidos já protocolados e aguardando exame.

O ofício do CTA ainda ameaça: "quem não atender terá seu processo indeferido sem comunicação prévia".

Foram prejudicados cerca de 280 processos já protocolados que estão sendo obrigados a refazer seus laudos, com perda do custo já despendido e, principalmente, do tempo de espera pelo registro. Vão para o fim da fila. Quem mandou não adivinhar o desejo dos inquisidores, digo, avaliadores! Sem falar dos dossiês que estavam prestes a serem protocolados, sabem-se lá quantos.

A entidade dirigida por este articulista bem que tentou o diálogo. Encaminhou estudos técnicos e jurídicos ao CTA buscando discutir uma etapa de transição. A resposta foi peremptória! Vocês estão errados, e nada de conversa. A síndrome da autoridade menor é assim mesmo. Não é à toa que a psicanálise já incorporou esse desvio de personalidade entre as doenças da área.

Do ponto de vista técnico explicamos que os laboratórios:

(a) sempre fizeram as análises por cromatografia gasosa ou mesmo líquida, usuais da técnica corrente, e que não apresentavam as impurezas em 3 Dimensões (composição, tempo e comprimento de onda), mas perfeitamente aceitáveis para comparação com o cromatograma das impurezas do Produto de Referência. Por sinal, o ofício do CTA não exigiu que os Produtos de Referência também se adaptassem às novas determinações. A instrumentação evoluiu e hoje existe aparelhagem com essas qualificações de 3D. Mas é uma adaptação onerosa e os laboratórios vão adquirindo essas novidades de acordo com suas possibilidades.

(b) sempre usaram padrões análogos quando não encontravam padrão analítico real nos bancos internacionais habilitados para isso. O padrão análogo tem estrutura química semelhante e apresenta resposta similar à molécula (impureza) que está sendo quantificada. É claro que é possível sintetizar a impureza em laboratório, salvo moléculas bem complexas. É um trabalho difícil, demorado e onera

bastante o estudo.

(c) em todo o planeta é aceito realizar esses estudos com amostras distintas, afinal, a amostragem de cinco bateladas representa estatisticamente a produção da fábrica; e, desta forma, uma nova amostra retirada da mesma fábrica deve ser aceita para quaisquer fins. Tanto assim que, após registrado o produto, a fábrica remete toneladas do produto para os clientes.

Do ponto de vista jurídico lembramos que um Ofício Circular é apenas uma mera comunicação para sanar dúvidas, fazer convites, dar avisos, etc., e não pode substituir os instrumentos hábeis para redefinir obrigações anteriormente regulamentadas, e muito menos inovar, como este o fez. O tempo regulamentar imposto pelo Decreto 4074/2002 para um processo ser analisado é de 120 dias. Muitos processos estão lá desde muito mais do que 120 dias e se tivessem sido analisados estariam aprovados nestes quesitos expostos aqui. Quanto a indeferir sem comunicação prévia, solicitamos que lessem melhor o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal (assegura o contraditório e a ampla defesa) e o art. 15 do Decreto 4074/2002 (quando o avaliador necessitar de documento ou informações adicionais deve requerer por escrito e fundamentadamente).

Do ponto de vista da razoabilidade, pasmem, estamos falando sobre avaliação de impurezas irrelevantes, ou seja, sem quaisquer riscos toxicológicos encontrados pela comunidade científica internacional e presentes no produto em concentrações ínfimas. Presentes também nos Produtos de Referência, bem mais antigos e que continuam a ser comercializados normalmente, apesar do CTA para estes não ter exigido qualquer adaptação, salvo se foi feito sem dispor a conhecimento público.

Mas não importa, para as autoridades do Comitê que representa os órgãos brasileiros de registro – MAPA, ANVISA e IBAMA – o objetivo é limpar a fila de espera, para posar de eficiente perante os seus respectivos Ministros.

Atenção legisladores, não há mais necessidade de discutir leis, decretos e outros atos para dotar o Estado de ordenamento jurídico aos direitos e deveres da sociedade, basta um simples ofício. E não é para cada empresa, é por ataque. Lembrem-se dos Atos Institucionais da era militar?

Isso está se passando aí em Brasília, nas barbas das Casas Congressistas. Onde está o Ministério Público? Socorro!

***Tulio Teixeira de Oliveira**
é Eng. Agrônomo e Diretor
Executivo da AENDA -
www.aenda.org.br/
aenda@aenda.org.br



Os desafios da SMA

Bruno Covas

À frente da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA), o advogado e economista Bruno Covas trabalha com um orçamento anual de R\$ 750 milhões de reais. Aos 31 anos, o neto de Mário Covas aprendeu a fazer política em casa, pois morou com o avô. Casado, pai de um filho, ele se formou em direito na Faculdade do Largo São Francisco (USP) e em economia pela PUC-SP.

Bruno foi assessor da liderança do Governo na Assembleia Legislativa de São Paulo e lá começou a aprender a dinâmica complexa de uma casa de leis.

Eleito deputado estadual em 2006 com 122.312 votos, foi considerado o deputado mais atuante da legislatura (2007/2010) pelo Movimento Voto Consciente. Deputado mais votado do Estado de São Paulo, ele foi reeleito com 239.150 votos. Desde janeiro de 2011, atendendo ao convite do Governador Geraldo Alckmin, é o secretário de Estado do Meio Ambiente. Bruno Covas fala ao JEA sobre o trabalho e as posições da SMA. Acompanhe.

JEA - A SMA cada vez mais assume postura de vanguarda nas ações ligadas a agricultura. Por quais as razões isto ocorre?

BC - A agricultura está intrinsecamente ligada ao meio ambiente. Queremos gerar novos empregos, queremos crescimento econômico, mas não a qualquer custo por que não serão apenas as futuras gerações que ficarão sem recursos naturais, mas nós mesmos. Temos que nos preocupar com o futuro, mas agir no presente.

A SMA está conscientizando os produtores rurais e implantamos o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que por meio do projeto Mina D'Água remunera agricultores que protegem nascentes em áreas de abastecimento. Também estamos nos unindo com o setor industrial para transformarmos a cadeia produtiva de São Paulo num modelo de baixo carbono. Mas ainda temos muito a avançar.

JEA - De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a incineração não é uma solução sustentável. Porém São Paulo vem investindo em usinas de incineração. Por que?

BC - Não temos conhecimento sobre estas informações. A incineração de resíduos possui seus impactos, assim como outras alternativas, e para qualquer investimento deste tipo é exigido licenciamento ambiental – o que até o momento não foi solicitado por nenhum empreendedor na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), órgão da SMA.

JEA - Além do investimento em usinas de incineração, quais outras ações estão sendo implantadas para a destinação do lixo?

BC - O governo do estado tem desenvolvido diversas ações de melhoria na destinação final dos resíduos. Entre 1997 e 2010 os municípios com disposição controlada ou adequada de resíduos passaram de 143 para 621, representando um total de 10,9% para 88,7% dos resíduos. Temos ainda o programa Município Verde-Azul, que incentiva – com recursos do Fecop (Fundo Estadual de Prevenção e Combate à Poluição) – que os municípios implantem ações de preservação ambiental, como a coleta seletiva, por exemplo.

JEA - Com a suspensão da distribuição de sacolas plásticas para os consumidores nos supermercados filiados a APAS - Associação Paulista dos Supermercados -, muita gente que usava as sacolas para acomodar o lixo doméstico continuará usando plástico para esse fim, muitas vezes comprando o saco preto, mais prejudicial ao meio ambiente. Como a SMA pretende resolver o problema?

BC - Só para esclarecer, as sacolas plásticas nunca foram gratuitas, o custo sempre esteve embutido nos produtos. A APAS se com-

prometeu publicamente a dar descontos progressivos em função da não mais distribuição gratuita das sacolas derivadas de petróleo. O saco preto não é mais prejudicial ao meio ambiente. Ao contrário, ele é mais adequado para acondicionar lixo, além de não entupir bueiros e matar animais sufocados.

A SMA não tem a intenção de onerar o consumidor em nenhum aspecto. As ações do Governo do Estado sempre visam o bem-estar e a qualidade de vida da população. Logo, o consumidor não precisa “pagar a conta” das ações. Incentivamos preferencialmente opções a custo zero, como mochilas, caixas de papelão, sacolas reutilizáveis e carrinhos de feira etc. Lembramos ainda que as sacolinhas vão parar de ser distribuídas nos supermercados filiados à APAS, mas esta é uma ação voluntária por parte do setor.

JEA - A SMA é favorável a revisão do Código Florestal? Por que?

BC - A SMA aguarda a votação final do Código Florestal para se posicionar, pois ainda pode haver mudanças. Mas prevalece a legislação que for mais restritiva: a lei estadual ou o Código Florestal.

JEA - O que é a Bolsa Internacional de Negócios da Economia Verde (BINEV), projeto da SMA? Como o empresário do agronegócio pode participar?

BC - A BINEV - Bolsa Internacional de Negócios da Economia Verde tem o objetivo de apresentar uma proposta de desenvolvimento que busca instituir novos vetores de crescimento para a melhoria da qualidade ambiental. Na próxima edição da iniciativa, ainda sem data confirmada, basta procurar a secretaria para ver a melhor forma de participação.

Foto: Ascom-SMA



Ritmo lento

Potencial brasileiro para o desenvolvimento da fitoterapia é prejudicado pela falta de regulamentação e investimentos

Sandra Mastrogiacomio

O consumo de plantas medicinais e seus produtos cresce no Brasil. Porém apesar de possuir uma das floras mais ricas do planeta, a fitoterapia no País ainda é artesanal e poucos empresários investem em produtividade e qualidade dos cultivos.

A produção e a comercialização de medicamentos feitos a base de plantas medicinais movimentam anualmente cerca de R\$ 1 bilhão de reais e emprega mais de 100 mil pessoas no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico (ABIFISA). Ainda segundo a associação, o número de farmácias de manipulação cresceu 73% nos últimos anos e os fitoterápicos já representam 7% do mercado farmacêutico brasileiro.

Para os pesquisadores da área, o Brasil possui um potencial inigualável para o desenvolvimento do mercado de plantas medicinais. No entanto, a falta de uma legislação específica se constitui como um dos principais entraves.

O engenheiro agrônomo Ilio Montanari Jr. trabalha na Divisão de Agrotecnologia do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA) da Unicamp, sendo um especialista em domesticação, melhoramento e cultivo de plantas medicinais nativas do Brasil. Ele afirma que “a falta de regulamentação causa prejuízos ao setor, assim como a falta de incentivo para que as empresas se preocupem mais com a qualidade dos produtos.”

As plantas possuem múltiplos usos, atendem ao mercado medicinal, de cosméticos e veterinário. Mas enquanto o uso delas na área cosmética cresce em ritmo acelerado, a fitoterapia segue com limitações. Francisca Ramos Q. Cifuentes, diretora da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), especializada em fitoterapia, confirma que a área de plantas medicinais ainda é muito restrita no País.

Contradições

Curiosamente o País com uma das floras mais ricas do planeta importa plantas. Os especialistas explicam que mais da metade do mercado nacional é controlado por empresas transnacionais farmacêuticas que, ao se depararem com as dificuldades causadas pela

falta de regulamentação, preferem importar matérias primas. “O mercado brasileiro é suprido pelas importações, pois o Brasil não consegue atender a demanda”, explica Montanari.

O agrônomo ainda comenta que as plantas brasileiras não são cultivadas e as empresas não conseguem se planejar; todo o mercado depende do extrativismo. “Produtos como camomila, alcachofra, guaco, maracujá, entre outros, são cultivados em pólos regionais no Norte, Centro-Oeste, Noroeste e no Sul do Paraná”, conta.

De acordo com o pesquisador, apesar das dificuldades, o mercado está em ascensão. Entretanto, o engenheiro agrônomo ressalta que é imprescindível melhorar o padrão de qualidade das plantas nativas e também da criação de normas mais específicas no que se refere a moagem, ao tempo de armazenamento, embalagens e informações mais claras ao consumidor. “Todos esses fatores são importantes para o desenvolvimento do mercado.”

Oportunidades para agrônomos

Embora haja muitos obstáculos a serem vencidos, Montanari afirma que o setor de plantas medicinais pode ser promissor para os engenheiros agrônomos, que têm um papel importante na produção de biomassa para determinado uso. “Esse profissional tem o conhecimento necessário para desenvolver o mercado de forma economicamente correta e viável, além de socialmente justa.”

Ele ainda acrescenta que o mercado está em franco crescimento e necessita de profissionais capacitados e especializados. “As oportunidades estão na área de pesquisa das plantas exóticas e nativas. É necessária a domesticação de nossas plantas, colocá-las dentro do sistema agrícola e começar o processo de melhoramento genético. A área de citotecnia precisa de engenheiros agrônomos para assessoria e pesquisa”, finaliza.

A agrônoma Francisca Cifuentes fez especialização em fitoterapia na ESALQ com o professor Walter Radamés Accorsi, catedrático da cadeira de botânica e um defensor ferrenho da fitoterapia. “Naquela época praticamente não se via engenheiros agrônomos no curso. Eu era a única engenheira agrônoma que fazia estágio com o



FUNDAÇÃO AGRISUS
agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);

● Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br



Echinacea purpúrea, ou flor de cone. Indicada para o tratamento de abscesso, acne e outras doenças da pele, dentre outros males.

professor Accorsi porque ninguém se interessava”, lembra ela. A especialista diz que o segmento se expandiu e que hoje as pessoas se interessam mais pelo tema. “Há profissionais com as mais diversas formações atuando na fitoterapia. Mas ainda há poucos engenheiros agrônomos.”

Novidades em pesquisa

A carqueja, espécie medicinal nativa, sempre foi coletada na natureza e preparada em infusões para combater os males do estômago e do fígado. O uso dela despertou o interesse dos pesquisadores do CPQBA-Unicamp, dentre os quais, Ilio Montanari. Eles se dedicaram por mais de uma década até chegar a uma variedade que pode ser plantada - o chamado cultivar.

Foram quinze anos e cerca de dez gerações de exemplares de carqueja para desenvolver a variedade cultivável. As matrizes foram coletadas na região sul, em Minas Gerais e no interior de São Paulo para serem cultivadas no viveiro e mais tarde nos canteiros de pesquisa.

“A idéia é criar esses cultivares para que o agricultor pudesse cultivar fornecendo uma matéria-prima padronizada de uma maneira regular e desviasse o foco da coleta. Então, a produção da matéria-prima viria através de cultivo e não mais da coleta na natureza”, revela Montanari.

Tanto trabalho para padronizar a carqueja nativa resultou numa variedade que, segundo o agrônomo, produz cerca de dez vezes mais que a planta silvestre. O primeiro cultivar da planta foi registrado no MAPA. Mas para distribuir as sementes em larga escala ao agricultor, falta ainda o sinal verde do conselho de gestão de patrimônio genético, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.



** Eng. agrônomo Ilio Montanari Jr. – CPQBA/Unicamp, especialista em domesticação, melhoramento e cultivo de plantas medicinais nativas do Brasil*



Maytenus ilicifolia ou espinheira santa. Utilizada para o tratamento de problemas gastrointestinais, renais e hepáticas



Cordia salicifolia cham ou bugrinho. Utilizada contra celulite, no combate aos depósitos de gorduras nas artérias e outros problemas de circulação



Stevia rebaudiana bertonii ou simplesmente stevia. Indicada no auxílio ao tratamento de doenças como: depressão, diabetes, dor de dente, fadiga, pressão arterial. Muito utilizada na indústria de adoçantes

ESTE TRATOR CUSTOU
R\$ 57,80 POR HORA.
SAIBA MAIS: chbagricola.com.br

OPORTUNIDADE:
Estamos buscando Agentes de Negócios.
Saiba mais:
16.9176.4621 ou
gley@chb.com.br



mkt | chb

Ligue **16.3713.0200**
Acesse: chbagricola.com.br

25 SAFRAS, MAIS DE 70 PRODUTORES RURAIS IMPLANTADOS
SOFTWARES: CANA, CAFÉ E GRÃOS
Custo Agrícola, Frota, Financeiro, Estoque, Compras, Contabilidade/RH



Responsabilidade

A iniciativa coletiva e pioneira dos engenheiros agrônomos que

Adriana Ferreira

No final de 2011, o inPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – criado e mantido pela indústria fabricante de defensivos agrícolas completou dez anos de fundação.

Com oitenta e sete empresas e dez entidades em seu quadro associativo, representando todos os elos da cadeia produtiva agrícola, o instituto é parte de uma iniciativa pioneira do setor que possibilitou a construção compartilhada de um dos maiores programas de logística reversa de resíduos do país, o Sistema Campo Limpo.

Desde a sua constituição, o inPEV atua como núcleo de inteligência do sistema, integrando os diferentes agentes envolvidos na legislação sobre as embalagens vazias de agrotóxicos (Lei Federal nº 9.974/2000 e o Decreto Federal nº 4.074/2002).

Seu trabalho constitui-se na mobilização da agrindústria para as ações de conscientização e educação, realizando a gestão operacional de toda a logística reversa das embalagens vazias e a divulgação de dados e resultados sobre o programa para toda a sociedade.

A ideia da tríplex lavagem que embasa esse programa de sucesso surgiu dentro da AEASP ainda na década de 1980, quando os engenheiros agrônomos se mobilizaram para criar uma solução para o difícil problema do destino das embalagens de defensivos. “A AEASP foi a pioneira a enfrentar o problema do destino correto das embalagens no mundo”, relembra Guido José da Costa, presidente da Associação, à época da implantação do projeto.

A Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF) custeou e coordenava junto com a AEASP o projeto. “Como presidente executivo da Andef, à época, procurei dois parceiros essenciais, o presidente da AEASP, Guido José da Costa e o então secretário da agricultura do Estado de São Paulo a época, Roberto Rodrigues. A nossa primeira decisão foi dar início a um projeto piloto para que desenvolvêssemos a experiência de como descontaminar, recolher, armazenar e dar um destino final correto a essas embalagens”, relata Cristiano Walter Simon.

Com o auxílio de empresas agrícolas, as duas entidades criaram um projeto piloto no município de Guariba, interior de São Paulo, que abriu o caminho para o surgimento, em 2002, do INPEV. “Tínhamos um profissional, custeado pela ANDEF, que cuidava exclusivamente desse assunto dentro da AEASP”, conta o atual presidente da AEASP Arlei Arnaldo Madeira.

A Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba (COPLANA) foi escolhida por ser, naquele momento, a cooperativa com o melhor sistema de assistência técnica agrônômica. Dentre outras coisas, ela já possuía uma área apropriada ao recebimento

dessas embalagens.

Outro destaque nessa história é que os engenheiros agrônomos buscaram também uma indústria habilitada a fazer reciclagem desse material recolhido. Assim, através de uma orientação da CETESB chegaram a uma fábrica em Vinhedo (SP), que processava material plástico, mas nunca havia trabalhado com esse tipo de embalagem. “Nesse ponto mais uma inovação, no processo de reciclagem a indústria adaptou-se para o tratamento com carvão ativado. Logo tínhamos em mãos os conduites advindos dessa reciclagem”, ressalta Arlei. Em nome da AEASP, o presidente recebeu homenagens no evento de comemoração pelo aniversário do inPEV. Ele acredita que essa iniciativa da agronomia deve servir de exemplo para outras cadeias produtivas. “Essa atividade conjunta mostrou que quando se une idéias, profissionais dispostos, boa vontade e qualidade de vida, é possível solucionar problemas e garantir bem estar para toda a sociedade”, discursa.

O engenheiro agrônomo João Cesar M. Rando, diretor-presidente do inPEV, diz que é uma honra para fazer parte de uma iniciativa pioneira. “Essa data não representa apenas os números positivos alcançados e o reconhecimento mundial como referência na logística reversa de resíduos sólidos do campo, mas a celebração da soma de esforços de um setor para promover a preservação do meio ambiente e da agricultura sustentável!”

Houve também um envolvimento muito intenso das entidades junto as autoridades dos poderes legislativo e executivo para promover a discussão de um marco legal que disciplinasse o processo e estimulasse todos os players a contribuírem dentro de seus espectros de atividades para a implantação do processo. Os resultados começaram a surgir de uma forma mais organizada no momento que foi promulgada essa legislação, em 2000. “Eu me sinto extremamente gratificado de ter feito parte da criação do inPEV desde os seus primórdios”, ressalta Cristiano.

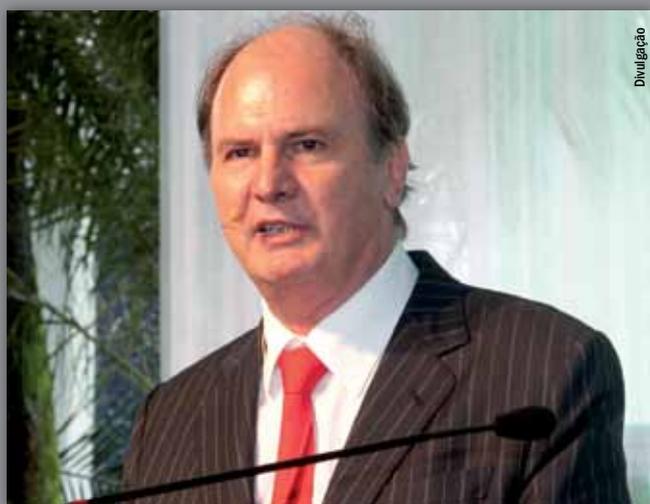
Ações de sucesso

Entre os destaques da trajetória do inPEV estão a criação em 2008 da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., a primeira empresa a produzir embalagens plásticas para defensivos agrícolas com resina reciclada proveniente desse programa. E o fomento à instituição do Dia Nacional do Campo Limpo, que é celebrado em todo o país no dia 18 de agosto, desde 2005.

A entidade recebeu diversos prêmios e reconhecimentos pelas ações de comunicação e pelo modelo de logística reversa.

ambiental

resultou na formação do inpEV completa uma década de existência



Divulgação



Divulgação

Evento reúne diversos representantes de entidades e empresas parceiras para comemorar os 10 anos do inpEV

Uma referência

O modelo brasileiro de gestão das embalagens vazias de agrotóxicos é referência mundial por destinar 94% do total de embalagens primárias utilizadas no país e 80% do volume total de embalagens comercializadas. “Cerca de 60 países possuem programas semelhantes de descarte de embalagens vazias de defensivos e o Brasil retira mais embalagens do que todos os outros países juntos”, diz João Rando.

Segundo dados do Instituto, O Sistema Campo Limpo encaminhou para o destino ambientalmente correto, em 2011, 34.202 toneladas de embalagens vazias de agrotóxicos. O volume representa um crescimento de 9% em relação ao ano anterior, quando foram destinadas 31.265 toneladas. Somente em dezembro último, 2.035 toneladas de embalagens vazias foram retiradas do campo. Dezesete artefatos são produzidos a partir da reciclagem das embalagens vazias, dentre eles: conduíte corrugado, caixa para passagem de fiação elétrica, tubo de esgoto, saco plástico para incineração de lixo hospitalar, caixa para bateria automotiva, e cruzeta de poste.

Para João Rando, o programa já está em sua maturidade, sendo necessários agora apenas alguns ajustes operacionais. “Otimização, ganho de produtividade e redução dos custos estão sempre na pauta”, diz. O maior desafio é capturar o valor gerado dentro do sistema e torná-lo auto-sustentável a fim de reduzir, ou até mesmo eliminar, o custo de todos os participantes.



Reforço para a agricultura familiar

O Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou o decreto que regulamenta o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS. O Programa – voltado aos agricultores familiares tradicionais, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores – faz com que o Estado se torne o principal comprador dos produtos da agricultura familiar, permitindo uma melhora da qualidade de vida dos que trabalham no campo. Criado por meio da Lei 14.591, o PPAIS é uma ação que visa estimular a produção e garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Com o programa, no mínimo 30% das verbas estaduais destinadas à compra de alimentos deverão ser utilizadas para adquirir produtos oriundos da agricultura familiar, in natura e manufaturados.

Com o decreto assinado, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) irão realizar reuniões em seus escritórios regionais, a fim de explicar para técnicos e agricultores familiares os detalhes e as formas de acessar o programa.

Para o Itesp, por sinal, o PPAIS é motivo de muito orgulho. Segundo o diretor executivo da Fundação, Marco Pilla, “o programa só tem recebido elogios, desde o surgimento da idéia – quando foi abraçada pela Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa Arruda, que a encaminhou ao Governador Geraldo Alckmin”.

O diretor executivo ainda afirma que havia a necessidade de integrar esses pequenos produtores, os agricultores familiares – oferecendo a eles tanto a oportunidade de participarem das atividades do Estado, quanto de melhorar a qualidade de vida, aumentar a renda, investir nas propriedades. “Era

preciso uma ação que englobasse tudo isso, mas valorizando também o trabalho dessas pessoas”, disse Marco Pilla.

O Itesp acompanhou todas as etapas – da transformação da minuta à Projeto de Lei, passando pela tramitação e aprovação na Assembleia Legislativa, sanção pelo Governador e a assinatura do decreto. Agora, a instituição já está realizando – junto com a Cati – as etapas que faltam para que o PPAIS esteja em pleno funcionamento.



Sangue novo na Adealq

De modo inédito, a eleição para a nova diretoria e presidência da Adealq transcorreu durante três dias, entre 15 e 17 de dezembro de 2011. A idéia foi aumentar a participação dos eleitores, que antes tinham dificuldade de comparecer em uma única data, geralmente durante a semana e em horário comercial. A nova diretoria tem como meta profissionalizar a Adealq com vistas para uma representação mais ativa. Uma das prioridades é justamente tornar o pleito mais acessível, permitindo o voto por meio da internet, por correspondência ou outras formas disponíveis. Conheça os novos membros:

Presidente: Antony Hilgrove Monti Sewell – CANCRO-1984

Vice-presidente: Claudio Tomazela – POLEGAR-1981

Secretario Geral: Arnaldo Antonio Bortoletto – SPANTO-1983

Secretario: Maurício Palma Nogueira – BIG-BEN-1997

Secretario: Samuel Cavalheri Dal Porto – CELESTE-1993

Tesoureiro: Valdomiro Shiguera Miyada – VALDOMIRO-1975

Tesoureiro: Evaristo Marzabal Neves – VAV-1966

Licença ambiental

Empreendimentos com pequeno potencial poluidor e degradador serão dispensados do licenciamento. O Governo do Estado de São Paulo promoveu a assinatura de duas resoluções para a desburocratização do licenciamento ambiental, uma conjunta (SMA/SAA/SJDC Nº 01, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011) e uma da Secretaria do Meio Ambiente (SMA Nº 74, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011).

Para obter a dispensa o produtor deverá entregar na Secretaria da Agricultura e Abastecimento uma Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária e ficará então passível de fiscalização.

Os engenheiros agrônomos podem ser agentes fundamentais na orientação aos pequenos produtores quanto aos procedimentos necessários para a elaboração da Declaração de Conformidade.

Reeleito

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), Fábio Meirelles, foi reeleito para o cargo. A votação contou com a participação de 180 delegados representantes das entidades associadas.

Produzimos alimentos saudáveis

*José Otavio Menten

A principal necessidade básica da humanidade é o alimento. Por esta razão, a SEGURANÇA ALIMENTAR sempre foi prioridade. Todas as nações, povos e indivíduos se preocupam com a quantidade de alimento produzido e disponibilizado para o consumo. Entretanto, cada vez mais, também há preocupação com a qualidade do alimento consumido. Qualidade envolve tanto as características nutricionais como a sanidade dos alimentos.

Por isso, ALIMENTO SEGURO também passou a ser prioridade. É possível promover a saúde aprimorando a alimentação. Este é um dos fatores responsáveis pela vida mais longa e saudável das pessoas. A dieta balanceada e constituída de alimentos adequados é cada vez mais assimilada. No Brasil há necessidade, por exemplo, de aumentar o consumo de frutas e hortaliças.

Entretanto, notícias como a que foi divulgada recentemente no Jornal Nacional e no Fantástico sobre a qualidade dos alimentos, prejudica o consumo de hortifruti. A notícia foi baseada em Relatório da ANVISA/Ministério da Saúde. Ficou a imagem que as frutas e hortaliças disponibilizadas a população brasileira estão contaminadas por agrotóxicos e que são prejudiciais a saúde.

É importante realizar o monitoramento de resíduos de defensivos agrícolas em alimentos. Mas é fundamental interpretar os dados obtidos cientificamente e divulgar para a sociedade de forma conveniente. O que interessa para o consumidor é se os alimentos são saudáveis. Do ponto de vista toxicológico, preocupação deve existir apenas quando o resíduo estiver acima do limite estabelecido cientificamente. Existe ciência envolvida em todo o processo, desde o desenvolvimento dos defensivos agrícolas, passando por rigorosos es-

tudos sobre seus efeitos no homem, até sua aprovação pelo governo. Defensivos aprovados são seguros e, utilizados por agricultores bem preparados, contribuem para a produção de alimentos saudáveis.

É isto que o monitoramento vem demonstrando e, infelizmente, foi distorcido. Apenas 3,6% das amostras analisadas no Brasil em 2010 estão com resíduos de defensivos acima do limite estabelecido. Estamos em condições semelhantes a da Europa, América do Norte e Ásia. Como o limite estabelecido é extremamente seguro, mesmo as amostras com resíduos acima do limite estabelecido, por apresentarem valores muito baixos, não oferecem risco para a população.

Sob o ponto de vista químico, as frutas e hortaliças produzidas no Brasil são saudáveis. As notícias veiculadas não devem interferir no consumo, assim como não devem servir de barreiras a exportação, que deve se ampliar com a conquista de novos mercados.

Sob o ponto de vista agrônomo, fica claro que devemos continuar aprimorando processos de produção, incluindo mais assistência técnica, visando a incorporação de todas as boas práticas agrícolas geradas pela pesquisa brasileira e mundial.

* José Otavio Menten é Eng. Agrônomo, Mestre e Doutor em Agronomia, Pós-Doutorado em Manejo de Pragas e Biotecnologia, Professor Associado da USP/ESALQ, Presidente do CCAS (Conselho Científico para Agricultura Sustentável).

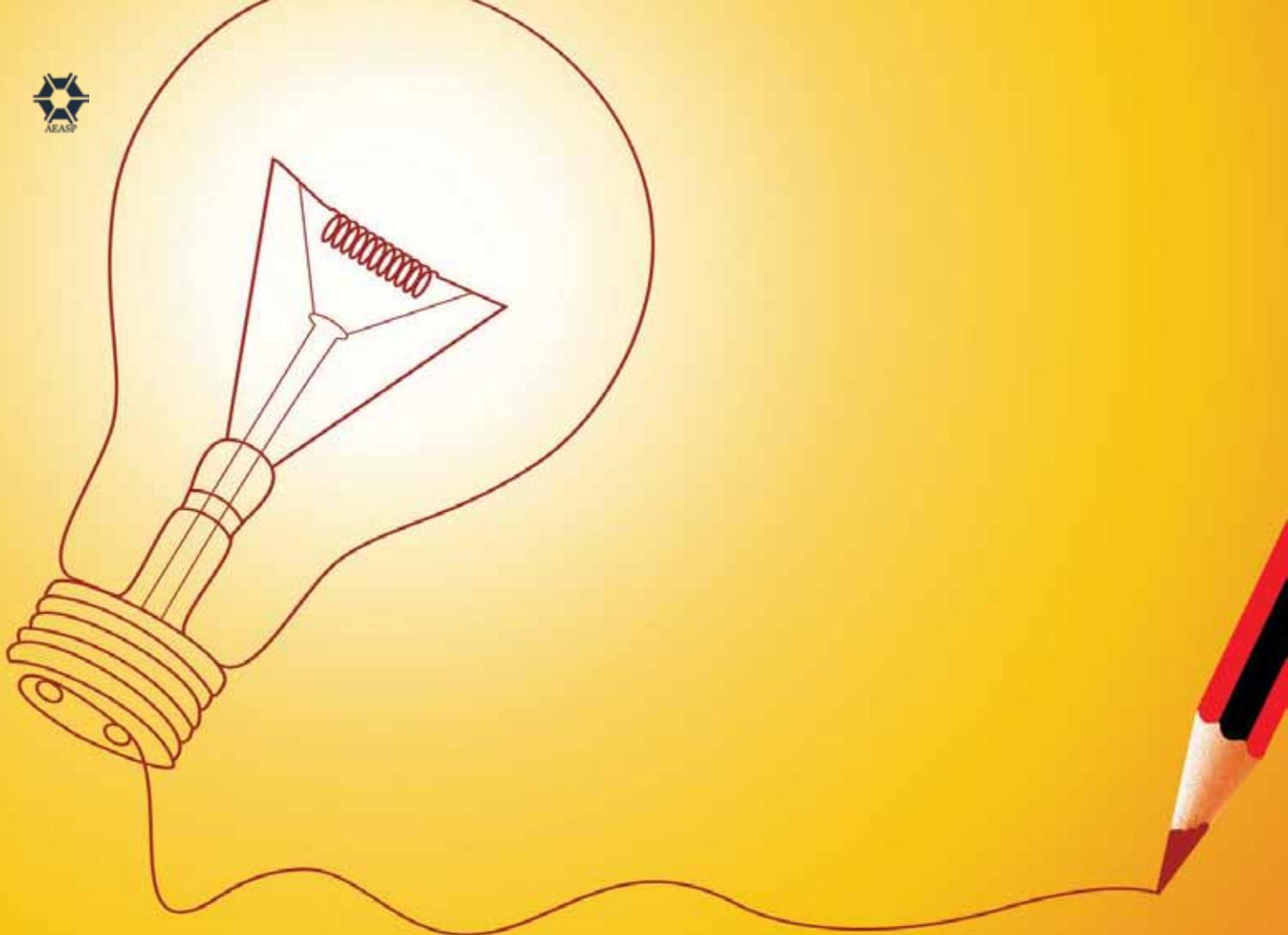


Sobre o CCAS

Conselho Científico para Agricultura Sustentável- CCAS é uma organização da Sociedade Civil, criada em 15 de abril de 2011, com domicílio, sede e foro no município de São Paulo-SP, com o objetivo precípua de discutir temas relacionados a sustentabilidade da agricultura e se posicionar, de maneira clara, sobre o assunto. O CCAS é uma entidade privada, de natureza associativa, sem fins econômicos, pautando suas ações na imparcialidade, ética e transparência, sempre valorizando o conhecimento científico. Os associados do CCAS são profissionais de diferentes formações e áreas de atuação, tanto na área pública quanto privada, que comungam o objetivo comum de pugnar pela sustentabilidade da agricultura brasileira. São profissionais que se destacam por suas atividades técnico-científicas e que se dispõem a apresentar fatos concretos, lastreados em verdades científicas, para comprovar a sustentabilidade das atividades agrícolas.

A agricultura, apesar da sua importância fundamental para o país e para cada cidadão, tem sua reputação e imagem em construção, alternando percepções positivas e negativas, não condizentes com a realidade. É preciso que professores, pesquisadores e especialistas no tema apresentem e discutam suas teses, estudos e opiniões, para melhor informação da sociedade. É importante que todo o conhecimento acumulado nas Universidades e Instituições de Pesquisa sejam colocados a disposição da população, para que a realidade da agricultura, em especial seu caráter de sustentabilidade, transpareça.





Lembre-se!

Preencha a ART

Ao preencher o campo com o número 058, o profissional estará automaticamente fazendo sua contribuição à AEASP, ajudando assim a manter o trabalho da Entidade de defesa e desenvolvimento da agronomia brasileira. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada para nossa entidade e vai direto para o Confea. Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomo, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.

Os engenheiros agrônomos e profissionais da área tecnológica que preenchem a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) podem estar deixando de preencher o campo 31 do formulário, no qual o responsável tem o direito de destinar 10% do valor à entidade de classe de sua preferência.

Atualização do cadastro

A comunicação no mundo de hoje é dinâmica e o meio eletrônico passou a ser imprescindível para desenvolver qualquer atividade.

Entretanto o cadastro de sócios da AEASP não possui o endereço eletrônico de aproximadamente 40 % de seus membros. Por isso a AEASP pede a sua colaboração para a atualização desses dados. Envie seu nome e endereço eletrônico – email – para: aeasp@sti.com.br

**Jornal do Engenheiro
Agrônomo**

Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:
Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar - CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 | Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Ajude-nos a aprimorar o conteúdo do JEA. Envie suas sugestões e críticas para a redação. Encaminhe suas mensagens para: adriana@acertacomunica.com.br; aeasp@aeasp.org.br